

ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Campagnolo - Camilo Martins - Carlos Humberto - Delegado Egidio - Dr. Vicente Caropreso - Emerson Stein - Fabiano da Luz - Jair Miotto - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Lucas Neves - Lunelli - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Marquito - Massocco - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro de Nadal - Napoleão Bernardes - Nilso Berlanda - Oscar Gutz - Padre Pedro Baldissera - Soratto - Tiago Zilli - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal
Deputado Padre Pedro Baldissera
Deputado Marcos da Rosa

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -
Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Menciona que, ultimamente, muitos têm falado em defender a Constituição do Brasil, em democracia e direitos humanos. Repete o art. 5º onde diz que todos são iguais perante a lei e prevê que ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento desumano ou degradante. Adverte a todos que defendem a Constituição que prestem atenção neste artigo que protege todos os cidadãos, sem distinção.

Diz que, graças à excelente articulação e ao bom senso dos médicos brasileiros, recentemente a Resolução n. 2.378/2024, do Conselho Federal de Medicina, proibiu o uso de Cloreto de Potássio,

que na forma injetável gera uma parada cardíaca em bebês acima de 28 semanas de gestação. Informa que muitas manchetes estão falando sobre esta Resolução do Conselho Federal de Medicina.

Cita que a Constituição Federal garante o acesso à interrupção da gravidez, e a Resolução do Conselho Federal de Medicina não está proibindo que seja realizada, apenas está proibindo que se injete Cloreto de Potássio alguns minutos antes do procedimento. Explica que quando se aplica a injeção de Cloreto de Potássio em bebês de 22 semanas ou mais, o bebê provavelmente sentirá dor equivalente a uma tortura.

Ressalta que o Dr. Raphael Câmara chama a atenção para as tentativas da mídia de dizer que a Resolução do CFM está tentando proibir o acesso das mulheres estupradas à interrupção da gravidez, o que não é verdade. Tendo em vista o silêncio de muitos, considera que o Movimento Feminista não está defendendo os bebês, as mulheres e as famílias, e está inclusive tentando derrubar a Resolução do Conselho Federal de Medicina.

Agradece ao Presidente Mauro de Nadal, à Mesa Diretora e aos deputados, que aprovaram o projeto que possibilita a criação da Secretaria da Família, que vem para este Parlamento na intenção de atender outras pautas, que não apenas as feministas. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO SORATTO (Orador) - Lamenta a tramitação no Congresso Nacional do Projeto que recria o DPVAT (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres). Enumera a ocorrência de fraudes e ações policiais que aconteceram no DPVAT, prejudicando brasileiros e informa que por estes motivos, foi extinto no ano de 2020. Tece críticas ao governo do PT referente à criação do novo imposto. Repudia a aprovação na Câmara dos Deputados, pedindo que Deus ilumine os Senadores para que não seja criado mais um tributo para onerar a vida dos brasileiros, considerando que seu valor é insignificante e deveria continuar sendo custeado pelo governo. *[Taquígrafia: Jêifer]*

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO (Orador) - Diz que o ano de 2024 está sendo como o ano da pior pandemia de dengue já vivida na história, com mais de três milhões de brasileiros infectados e que no Estado de Santa Catarina pode chegar ao número próximo de 200 mil pessoas infectadas. Lembra que os hospitais estão lotados com a severa pandemia que vem se alastrando pelo território nacional. Cita que a Secretaria de Estado da Saúde vem realizando um trabalho de grande eficiência para atender a população catarinense. Lembra como foi difícil a pandemia do Covid-19 e reflete sobre a união das pessoas no enfrentamento à doença. Fala que a população adulta foi quase que por completa vacinada e cita os valores recebidos para o enfrentamento da doença.

Questiona o valor que o Governo Federal tem enviado para o Estado como auxílio no combate à dengue e quantas pessoas foram vacinadas. Comenta que até o momento apenas 1,1% da população foi vacinada contra a dengue. Reforça que o Governo Federal não está preparado para administrar o país e que estão deixando Santa Catarina de lado por pura vingança.

Deputado Massocco (Aparteante) - Lembra que a vacina da Covid-19 necessitou de dez meses para ser desenvolvida e liberada pela Anvisa e que a vacina da dengue está há mais de dez anos no mercado. Cita que menos de 1% da vacina foi disponibilizada pelo Governo Federal e que o chefe do Executivo não se preparou para essa pandemia de dengue. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partidos Políticos

Partido: PL

DEPUTADO MASSOCCO (Orador) - Reporta-se ao projeto que recria o imposto chamado DPVAT, matéria de autoria do Governo Lula e que voltará com outro nome - SPVAT. Lamenta a volta de um imposto que havia sido extinto no ano de 2020, durante o Governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Menciona que os deputados e Senadores devem ficar atentos, porque correm o risco de aprovarem um 'cheque em branco', pois o texto do projeto diz que o valor cobrado será estabelecido após aprovação no Congresso Nacional. E, em tempo, cita que o Presidente Lula nos seus 14 meses de governo já criou aproximadamente 12 impostos, como o que trata da reoneração de combustíveis.

Deputado Carlos Humberto (Aparteante) - Corroborava a fala do deputado, reforçando que os deputados federais do Partido Liberal votaram contra a recriação do DPVAT. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO MARCOS DA ROSA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão para que o sr. Alexandre da Silva, vice-Prefeito de Bombinhas, divulgue o 2º Festival do Mar, que ocorrerá de 17 a 21 de abril; e o sr. Laurino Peters, Prefeito de São Bonifácio, para divulgar a XV edição da Festa Regional do Pão de Milho, nos dias 27 e 28 de abril.

A sessão está suspensa até o horário reservado à Ordem do Dia, às 16h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Conforme consulta e aquiescência dos srs. Líderes, será discutido e votado, extrapauta, o PLC n. 0008/2024 e o PL n. 0138/2024.

Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0138/2024, de autoria do Governador do Estado, que altera a ementa e o art. 2º da Lei nº 16.446, de 2014, que fixa o Valor Referencial de Vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiu e encaminhou a presente matéria o Deputado Carlos Humberto.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria com o voto contrário do Deputado Jessé Lopes.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0008/2024, de autoria Governador do Estado, que altera o art. 10 da Lei Complementar nº 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALTAIR SILVA	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO CAMILO MARTINS	sim
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO	sim
DEPUTADO DELEGADO EGIDIO	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO EMERSON STEIN	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	
DEPUTADO IVAN NAATZ	
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO LUCAS NEVES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	

DEPUTADO LUNELLI	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS DA ROSA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MOTTA	
DEPUTADO MARQUITO	sim
DEPUTADO MASSOCCO	sim
DEPUTADO MATHEUS CADORIN	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO OSCAR GUTZ	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADA PAULINHA	
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO SÉRGIO GUIMARÃES	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO SORATTO	sim
DEPUTADO TIAGO ZILLI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	

Está encerrada a votação.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 21 votos "sim", um voto "não" e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Medida Provisória n. 0260/2023, de autoria do Governador do Estado, que institui o Programa Emergencial de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Catarinenses (PRONAMPE EMERGENCIAL SC) e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0005/2023, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 112 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para estender as políticas de segurança escolar do Estado à rede pública de educação infantil.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Comunica que o Projeto de Lei n. 0167/2022, por solicitação do autor, Deputado Volnei Weber, foi retirado de pauta. E, da mesma forma, o Projeto de Lei n. 0130/2023, de autoria da Deputada Paulinha, solicita que seja retirado de pauta.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0378/2023, de autoria do Deputado Marcius Machado, que altera a Lei nº 18.668, de 2023, que "Dispõe sobre a disponibilização de acesso, no portal da Delegacia de Polícia Virtual de Santa Catarina, para o registro de ocorrências envolvendo crimes cometidos contra idosos", para o fim de utilizar adequadamente o termo "pessoa idosa".

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; dos Direitos da Pessoa Idosa; e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h20, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]